



**CONGRESO
IBEROAMERICANO**
DE CIENCIA, TECNOLOGÍA,
INNOVACIÓN Y EDUCACIÓN

BUENOS AIRES, ARGENTINA
12, 13 Y 14 DE NOVIEMBRE 2014

**CONGRESSO
IBERO-AMERICANO**
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO

BUENOS AIRES, ARGENTINA
12, 13 Y 14 DE NOVIEMBRO 2014

A DIMENSÃO HUMANA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LEITE, M.L.S.; CHACON, S.S.

A DIMENSÃO HUMANA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

HUMAN DIMENSION IN PUBLIC POLICIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

*Maria Laís dos Santos Leite*¹
*Suely Salgueiro Chacon*²

¹ *Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER da Universidade Federal do Cariri – UFCA. E-mail: maria.lais@yahoo.com.br.*

² *Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER da Universidade Federal do Cariri – UFCA. E-mail: suelychacon@gmail.com.*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo ressaltar a necessidade de que as pessoas e as particularidades dos locais sejam (mais) levadas em conta para o planejamento, a implementação e a avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica partindo de uma análise do conceito de desenvolvimento sustentável e políticas públicas para propor uma valorização da dimensão humana no âmbito das políticas públicas, tendo como foco as políticas para o desenvolvimento sustentável. Alguns autores ressaltam que as pessoas são as “verdadeiras riquezas das nações”, e que, portanto o desenvolvimento sustentável deve promover estímulos para que estas possam desenvolver plenamente seu potencial e levar vidas produtivas e criativas, de acordo com as suas necessidades e interesses (PNUD, 2001). Assim, os fazedores de políticas públicas devem atentar-se as demandas das pessoas e de seus territórios, para Chacon (2007) é necessário ponderar, ao longo do processo de definição de políticas, as características e influências locais tanto quanto as gerais, advindas do ambiente externo ao âmbito direto das políticas. A partir da análise bibliográfica foi possível perceber a necessidade de destacar a importância da escuta das pessoas e das características do local como prioridade ao planejar, implementar e avaliar políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, assim, a política pública seria feita “para”, “por” e “com” as pessoas.

Palavras-Chave: *Políticas Públicas; Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Humano.*

ABSTRACT

This paper aims to highlight the need to people and the particularities of the local are (more) taken into account for the planning, implementation and evaluation of public

policies for sustainable development. It is used as a methodology the bibliographic search starting from an analysis of the concept of sustainable development and public policy to propose an appreciation of the human dimension in the context of public policy, focusing on policies for sustainable development. Some authors point out that people are the “true wealth of nations”, and, therefore sustainable development must promote incentives to them to can fully develop their potential and lead productive and creative lives in accordance with their needs and interests (PNUD, 2001). Thus, public policy makers should look up the demands and territories of people, para Chacon (2007) is necessary to consider, throughout the process of defining of policy, the characteristics and local influences as much as the general, resulting from environment outside the direct scope of the policy. From the literature review we saw the need to emphasize the importance of the people and the characteristics of the site as a priority when planning, implementing and evaluating public policies for sustainable development, thus the public policy would be taken “to”, “by” and “with” people.

Keywords: *Public Policy; Sustainable Development; Human Development.*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo ressaltar a necessidade de que as pessoas e as particularidades dos locais sejam (mais) levadas em conta para o planejamento, a implementação e a avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica partindo de uma análise do conceito de desenvolvimento sustentável e políticas públicas para propor uma valorização da dimensão humana no âmbito das políticas públicas, tendo como foco as políticas para o desenvolvimento sustentável.

Apoia-se na ideia de que a humanidade vive um momento marcante, da possibilidade dos recursos necessários a sua sobrevivência, pois estamos diante de um momento crítico na história da Terra. Assim, para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. (A Carta da Terra, 2002).

Alguns autores ressaltam que as pessoas são as “verdadeiras riquezas das nações”, e que, portanto o desenvolvimento sustentável deve promover estímulos para que estas possam desenvolver plenamente seu potencial e levar vidas produtivas e criativas, de acordo com as suas necessidades e interesses (PNUD, 2001).

Assim, os “decisores públicos” devem atentar-se as demandas das pessoas e de seus territórios, para Chacon (2007) é necessário ponderar, ao longo do processo de definição de políticas, as características e influências locais tanto quanto as gerais, advindas do ambiente externo ao âmbito direto das políticas.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Compreender o conceito de Desenvolvimento Sustentável implica em apreender não só os vocábulos “desenvolvimento” e “sustentabilidade” e a mudança de sentido que o segundo provocaria no primeiro, por adjetivá-lo, mas conhecer, pelo menos superficialmente, a significação histórica que este conceito carrega e de sua relevância social e acadêmica.

Para fazer um recorte histórico sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável, tem-se a partir de Barbosa (2008) que o termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as

mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade diante da crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX.

Ou ainda para Hart e Milstein (2004), de acordo com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a sustentabilidade global tem sido definida como a habilidade para satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações para satisfazerem suas necessidades. Similarmente, o desenvolvimento sustentável é um processo para se alcançar o desenvolvimento humano de uma maneira inclusiva, interligada, igualitária, prudente e segura.

Para Sachs (2004) o conceito de desenvolvimento sustentável é baseado no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras que nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço.

Na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), também conhecida como Comissão de Brundtland, no processo preparatório a Conferência das Nações Unidas – também chamada de “Rio 92” foi elaborado um relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, que contém informações colhidas pela comissão ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando-se as questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano. (BARBOSA, 2008).

Neste relatório está exposta uma das definições mais difundidas do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. (BARBOSA, 2008).

Um caminho para uma compreensão ampla do Desenvolvimento Sustentável, pode estar na diferenciação do entendimento de crescimento e desenvolvimento, trazido à América Latina pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) da Organização das Nações Unidas que:

(...) produz interpretações e análises a partir de critérios e enfoques autóctones, diferenciando conceitualmente *crescimento*, como expansão quantitativa da economia, e *desenvolvimento*, como mudança qualitativa positiva, envolvendo distribuição de renda e avanços sociais. Para transformar o crescimento em desenvolvimento, seria preciso planejar, ou seja, intervir no sistema econômico, promovendo atividades estrategicamente identificadas como motrizes e, eventualmente, condicionando ou inibindo outras, tidas como provocadoras de vulnerabilidades. (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001, p. 163, grifo dos autores).

Como explicam Bartholo Jr. e Bursztyn (2001) esta diferenciação mostra-se como um importante passo, primeiro pela identificação do Estado como elemento de coordenação e promoção, e ainda pela introdução do fator qualitativo de natureza social na análise econômica. Houve assim nos anos 1960 e 1970 uma patente adoção do planejamento em todo o mundo, contando inclusive com apoio de organismos internacionais, com um aumento do número de agências e programas governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento econômico, em escala nacional e regional.

Entretanto, dois tipos de problemas ocorreram: uma excessiva valorização da razão econômica, com preocupação imediatista e uma negligência da dimensão sociocultural institucional. O planejamento, em países com fragilidade político-institucional, falhou em vários aspectos fundamentais, perdendo legitimidade social, credibilidade e, finalmente, saiu do eixo das decisões econômicas para se tornar essencialmente objeto de estratégias políticas. (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001).

O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” encontra no século XXI sua legitimidade, “diante de um quadro de marcantes desafios a serem enfrentados, de problemas não resolvidos, de obstáculos criados pela própria ação do homem, o papel da ciência é posto em evidência em todos os balanços e análises prospectivas.” (BURSZTYN, 2001, p. 9).

Momento marcante, pela percepção da possibilidade de finitude humana e dos recursos necessários a sua sobrevivência que para terem continuidade necessitarão de uma “tomada de consciência”, da responsabilidade necessária para com o outro e a “Terra”, que podem ser resumidas no brilhante trecho extraído da Carta da Terra:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (A CARTA DA TERRA, 2002, p.1).

Para Chacon (2007) a gestão ambiental, a conscientização da sociedade para o seu papel como agente de transformação da realidade, bem como o fortalecimento da participação de cada um na tomada de decisão são os pontos que constituem a proposta de mudança inerente ao conceito, que teria como consequência, caso posto em prática, a busca de um crescimento econômico eficiente e racional, por meio de ações que supririam as necessidades da humanidade no presente, sem tirar das gerações futuras o direito de também terem as suas necessidades supridas.

A autora também destaca que quando se pretende alcançar um processo de desenvolvimento que seja considerado sustentável, pressupõem-se ações conjuntas que visem não apenas o aspecto econômico, mas também uma distribuição socialmente justa dos resultados do progresso científico e tecnológico, bem como um processo produtivo que respeite o meio ambiente. É ainda fundamental o respeito à diversidade cultural das sociedades-alvo do processo. (CHACON, 2007).

Porém, é possível perceber uma “ingenuidade” ao querer transformar o Desenvolvimento Sustentável numa “palavra mágica” capaz de salvar todos os erros do passado, ignorando a necessidade de uma profunda reflexão sobre os hábitos diários, na nossa relação com a natureza, com os outros seres humanos, com o trabalho, com a política. Assim podemos buscar atitudes mais acertadas na busca pelo desenvolvimento sustentável.

Neste sentido Bursztyn (1999) esclarece que:

A produção do conceito de desenvolvimento sustentável representa, por um lado, uma alienadora tentativa de reconciliar a busca do bem-estar presente com a segurança de condições de vida satisfatórias no futuro. Por outro lado, há uma preocupante tendência a que se torne mais uma panaceia salvacionista, que ilude os alarmados e inibe os alarmistas, sem necessariamente resolver os problemas que geraram o alarme. (BURSZTYN, 1999, p.7).

Muitos discursos, campanhas políticas e políticas públicas tem se sustentado no conceito de desenvolvimento sustentável, um conceito que foi apropriado pelo

discurso político como uma “fórmula mágica” que abre portas, consegue recursos e tudo justifica, legitimando e revestindo de modernidade o antigo jogo do poder que define as políticas, seja ao nível do “governo mundial” ou nacional, ou ao nível local. (CHACON, 2007).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Souza (2006), a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes.

Souza (2006) resgata que:

A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações. (SOUZA, 2006, p. 22).

Há uma diversidade de definições sobre política pública, dentre elas destacamos a de Mead (1995) que a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, Peters (1986): política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. E a definição de Lasswell (1992): decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (BAPTISTA & REZENDE, 2011).

Harold D. Lasswell, é considerado um dos “pais” do estudo e da formulação das políticas públicas, história marcada pelo seu texto “A orientação para as políticas”, publicado em 1951. No texto o autor destaca que:

[...] Pode-se vislumbrar que será enfatizado o desenvolvimento do conhecimento que permita a realização mais completa da dignidade humana. Por conveniência, vamos chamar isso de desenvolvimento das ciências de políticas da democracia. (LASSWELL, 1992 citado por VÁZQUEZ; DELAPLACE, 2011, p.35).

Também foi Lasswell em 1951 (no livro *The Policy Sciences*, coeditado com Daniel Lerner) que propôs uma simplificação e divisão do processo de construção e desenvolvimento da política pública em sete estágios, circunscritos ao âmbito governamental, são estes: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, término e avaliação.

A proposta foi acusada de entender a construção das políticas governamentais a partir de uma lógica simples e linear e passou por diversas críticas. Uma delas, interna ao campo da análise política em desenvolvimento, mas que também pode ser atribuída à própria concepção de política adotada no âmbito governamental, foi manter a análise restrita a este âmbito, como se toda a política pública se constituísse dentro

dos limites do aparelho estatal (PARSONS, 1995 citado por BAPTISTA & REZENDE, 2011).

Baptista & Rezende (2011) enfatizam também que ainda nos anos 1950, Charles Lindblom, outro importante precursor no campo da análise de política, foi um crítico agudo do modelo proposto por Lasswell, acusando-o de demasiadamente 'racional', rejeitando a ideia de pensar a política como se esta fosse um processo meramente administrativo e funcional, dividido em 'etapas' estanques. Lindblom questionou a utilidade deste modelo e propôs uma análise que levasse em consideração o poder e a interação entre as fases. Com isso, destacou que o processo político e decisório é um processo interativo e complexo, sem início ou fim (LINDBLUM, 1959).

Realmente as políticas públicas tem sido um processo interativo? Na prática há participação social no processo de construção e desenvolvimento da política pública? As políticas públicas conseguem atender as demandas da população? Em geral levam em conta as particularidades dos locais que estão sendo "alvo" das políticas públicas? Diria que estas são perguntas frequentes em estudantes da área, sobretudo pelas declarações recorrentes de como as políticas são bonitas "no papel", mas que na prática não acontece como deveria.

Sobre esta questão Barros e Pimentel (2012) ressaltam que uma política pública deve garantir a participação social em sua elaboração, planejamento, execução, monitoramento e ser estruturada e balizada por meio de lutas coletivas e interesses das diferentes dimensões da sociedade. Essa dimensão pública de uma política se atualiza como rede de relações multivetorializadas, exige interferências, transversalidade, cogestão e incluem sujeitos com necessidades, demandas.

Barros e Pimentel (2012) também destacam que as políticas públicas devem ser orientadas para a busca do bem comum, que não é uniforme "Aqui um paradoxo: uma multiplicidade social se comunica e age em comum ao mesmo tempo em que reverbera diferenças. Esse comum se faz como rede heterogênea, dispersa, complexa e multidirecional." (BARROS; PIMENTEL, 2012, p. 11).

O comum para estas é "um paradoxo: uma multiplicidade social se comunica e age em comum ao mesmo tempo em que reverbera diferenças. Esse comum se faz como rede heterogênea, dispersa, complexa e multidirecional." (BARROS; PIMENTEL, 2012, p. 11). O comum é assim abertura ao Outro, composição de singularidades, acolhimento à multiplicidade, capacidade de diferir. É alargamento da capacidade de comunicar, de associar, compartilhar, forjar novas conexões e proliferar redes e tem, como condição, a abertura a uma multiplicidade de encontros que não se fecha a um conjunto de pessoas. (GOTARDO, 2011 citado por BARROS; PIMENTEL, 2012.)

A partir desta abordagem do trabalho em políticas públicas acredita-se que se efetiva quando se busca acessar também o plano comum. "Tal acesso implica a consideração da dimensão processual dos fenômenos e a construção de um mundo comum" (BARROS; PIMENTEL, 2012, p. 13) entre "fazedores de política pública" (que precisam refletir sobre a posição de quem julga a realidade, emite verdades sobre ela) e os demais participantes do processo, ou seja, não produzindo distanciamento entre os envolvidos e interessados.

É impossível ignorar que diante do fortalecimento dos movimentos sociais, das manifestações que marcaram este ano de 2014, e sobretudo pela luta diária de pessoas, em seus grupos, comunidades, projetos sociais, extensão universitária, que continuemos elaborando, implementando e avaliando políticas públicas sem estarmos atentos/atentas as demandas das pessoas e de seus territórios.

4 A DIMENSÃO HUMANA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para Zaoual (2006) o que tem acontecido muitas vezes nas Políticas Públicas é o **desenvolvimento transposto**. Uma tentativa (geralmente fracassada) de transpor mecanicamente, de um espaço para o outro (do Norte para o Sul), modelos de economia e de administração. E reforça essa premissa mostrando a proliferação de formas de vida econômica que não respondem mais ao modelo econômico do desenvolvimento que é considerado como padrão.

Chacon (2007) enfatiza ainda que é necessário ponderar, ao longo do processo de definição de políticas, as características e influências locais tanto quanto as gerais, advindas do ambiente externo ao âmbito direto das políticas. E assim definir o peso da participação de cada instância, não se podendo, a priori, determinar o papel que o local e o global podem exercer no sucesso de uma política. É preciso, portanto, **conhecer bem as pessoas e o lugar que serão alvo das políticas**, sem, no entanto, negligenciar o todo em que se insere o local. Isto é válido para qualquer política, mas tem maior significância para políticas ambientais e sociais.

Mas antes de pensar qual o lugar do humano nas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, voltaria para algo que acredito ser base para esta indagação, qual o lugar do humano no desenvolvimento sustentável?

Sobre este tema Bartholo Jr. e Bursztyn (2001) trazem em seu texto: “Prudência e Utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade” citando Hans Jonas (1979) fazem um chamamento ético em torno do desenvolvimento sustentável e do papel da ciência ao afirmar que:

Se a ética destina-se à ordenação e regulação do poder de agir, as ameaças engendradas pelo poder científico tecnológico crescem num “vácuo ético”, diante do qual Hans Jonas (1979) propõe o reconhecimento da vigência de um novo “princípio responsabilidade” que tenha no mandamento “que exista uma humanidade!” seu imperativo categórico. (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001, p. 166-167).

Ainda segundo os autores a proposta de Hans Jonas é fundamentar uma modernidade ética apta a restringir a capacidade humana de agir como um destruidor da auto-afirmação do ser, expressa na perenização da vida. Assim, podemos conceber o desenvolvimento sustentável como uma proposta que tem em seu horizonte uma modernidade ética, não apenas uma modernidade técnica (grifo nosso). Pois o princípio “sustentabilidade” implica incorporar ao horizonte da intervenção transformadora do “mundo da necessidade” o compromisso com a perenização da vida. É assim que a responsabilidade por outros e o interesse próprio podem entrelaçar-se na atividade econômica. (BARTHOLO JR.; BURSZTYN, 2001).

Nas palavras do autor Edgar Morin (2000), um dos pensadores mais importantes da atualidade, em parceria com Anne Brigitte Kern:

O desenvolvimento é a palavra chave, tornada onusiana, em torno da qual se debateram todas as vulgatas ideológicas da Segunda metade de nosso século. No fundamento da ideia dominante de desenvolvimento está o grande paradigma ocidental do progresso. O desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento. O desenvolvimento tem dois aspectos. De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção

tecno-econômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento se apresenta gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento. (MORIN, KERN, 2000, p. 69).

Assim, seria um equívoco da reconstrução do desenvolvimento a partir do desenvolvimento sustentável negligenciar a importância da dimensão humana como caminho e objetivo deste modelo de desenvolvimento, esta posição é apontada também pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (2001) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

O desenvolvimento humano é muito mais do que o aumento ou quebra dos rendimentos nacionais. Tem a ver com a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o seu pleno potencial e levar vidas produtivas e criativas, de acordo com as suas necessidades e interesses. As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. O desenvolvimento tem a ver, portanto, com o alargamento das escolhas que as pessoas têm para levar uma vida a que deem valor. E tem a ver com muito mais do que o crescimento econômico, que é apenas um meio – ainda que muito importante – de alargar as escolhas das pessoas. (PNUD, 2001, p. 09).

Em sua dissertação de mestrado Grangeiro (2013) declara que sua abordagem (a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável) se fundamenta na hipótese de existência de fortes correlações entre a realização do desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento humano, o qual, de sua vez, depende da cultura como elemento que tem um papel-chave, especialmente na acepção da “ação cultural”, entre os muitos significados que este conceito pode assumir.

Ou ainda,

Para alcançar modelos de desenvolvimento que se pretendam sustentáveis é necessário lutar pela construção de uma sociedade igualmente sustentável, constituída por seres humanos capazes de pensar e agir de maneira sustentável. Neste sentido, mais do que nunca precisamos rever esse conceito de sustentabilidade. (GRANGEIRO, 2013, p. 36).

O autor descreve ainda que o ser humano precisa estar no centro do futuro, e se a sustentabilidade é condição para este futuro, ele deve assumir papel central nesse paradigma. Para tanto declara que é preciso empoderar as pessoas de forma a que elas venham a atuar enquanto sujeitos do desenvolvimento, outrossim, elas devem estar fortalecidas, no que diz respeito à afirmação das suas identidades culturais. (GRANGEIRO, 2013)

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) afirma que: a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. (PNUD, 2013).

O desenvolvimento humano é assim entendido como um processo de constituição, ou resgate, da autoestima, das capacidades e inteligências múltiplas dos sujeitos, de forma a empoderá-los para assumir responsabilidades individuais e coletivas. (GRANGEIRO, 2013).

Pode-se ainda sustentar essa reflexão através do Índice de Desenvolvimento Humano, tem-se segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano intitulado “A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano”:

A partir de 1990, o entendimento público do desenvolvimento foi reformulado pelo aparecimento do primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano. Conduzido pelo visionário Mahbubul Haq, o documento teve um profundo impacto sobre a forma como os formuladores de políticas, os funcionários públicos e os meios de comunicação, bem como os economistas e outros cientistas sociais, vêem o progresso social. Em vez de se concentrar somente nuns poucos indicadores de progresso econômico tradicionais (...), o registo do “desenvolvimento humano” propõe uma análise sistemática de um manancial de informação acerca do modo como vivem os seres humanos em cada sociedade e de quais as liberdades substantivas de que desfrutam. (...) Os Relatórios de Desenvolvimento Humano abriram espaço para uma grande variedade de informação e análises relacionadas com diversos aspectos da vida humana. (SEN, 2010, p. VI).

A busca de uma nova “medida” que caracterizasse o desenvolvimento foi visto inicialmente como um problema, pela dificuldade de substituir um número simples como o PIB por uma avalanche de tabelas e suas análises. Assim, para rivalizar com o PIB, foi concebido explicitamente um índice simples, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), concentrado apenas na longevidade, no ensino básico e no rendimento mínimo. Sem surpresas, o IDH, que se revelou muito popular na discussão pública, sofre de uma “rusticidade” que é algo semelhante à do PIB. (SEN, 2010).

Se por um lado o IDH como conhecemos hoje merece admiração por ter ampliado a visão de desenvolvimento, por outro podemos dizer que este ainda se torna insuficiente para pensar toda a complexidade de uma visão atual do desenvolvimento.

Ou como diria Sen (2010):

Como alguém que privilegiou o trabalho com Mahbub na concepção do IDH, afirmaria que, não obstante a sua simplicidade, o IDH fez o que se esperava dele: funcionar como uma medida simples semelhante ao PIB, mas, ao contrário deste, sem deixar de fora tudo o que não sejam rendimentos e bens. Contudo, a enorme amplitude da abordagem do desenvolvimento humano não deve ser confundida, como por vezes acontece, com os limites estreitos do IDH. (SEN, 2010, p. VI).

Assim, pode-se perceber ainda um distanciamento entre “amplitude da abordagem do desenvolvimento humano” e o desenvolvimento sustentável, porém isso não se restringe só as medidas, mas ainda à prática, por exemplo, em intervenções em Projetos Sociais ou na Educação, assim traz-se abaixo uma possibilidade de ação e reflexão nestes campos construindo caminhos para a religação entre o Desenvolvimento Humano e Sustentável.

Para Sachs (2004) o conceito de desenvolvimento sustentável é baseado no duplo imperativo ético de *solidariedade sincrônica* com a geração atual e de *solidariedade diacrônica* com as gerações futuras, o que nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço. O conceito de “Desenvolvimento Sustentável” encontra no século XXI sua legitimidade, “diante de um quadro de marcantes desafios a serem enfrentados, de problemas não resolvidos, de obstáculos criados pela própria ação do homem, o papel da ciência é posto em evidência em todos os balanços e análises prospectivas.” (BURSZTYN, 2001, p. 9).

O desenvolvimento humano é parte essencial de todas as dimensões que compõem o desenvolvimento sustentável. As pessoas são as “verdadeiras riquezas das nações”, e devem ser estimuladas a desenvolver plenamente seu potencial e a levar vidas produtivas e criativas, de acordo com as suas necessidades e interesses (PNUD, 2001). O ser humano precisa estar no centro do futuro, e se a sustentabilidade é condição para este futuro, ele deve assumir papel central nesse paradigma. Para tanto é preciso empoderar as pessoas para que elas venham a atuar enquanto sujeitos do desenvolvimento. (GRANGEIRO, 2013).

Para Chacon (2007) as pessoas começaram a incorporar em suas preocupações diárias as questões ambientais e, posteriormente, também as sociais, mas ainda não entenderam por que. As preocupações se baseiam no perigo gerado pela predominância de comportamentos baseados no egoísmo e no individualismo, que estão na essência do sistema econômico que hoje é hegemônico e que comandou boa parte das ações que deram origem à crise que agora assusta.

As prioridades que se destacam são manter a fonte de matéria-prima e diminuir a pressão dos pobres sobre a sociedade produtiva. Não há ainda a noção de que o outro precisa de cuidados pelo simples fato de que é um ser da mesma espécie e, como tal, faz parte de uma rede de responsabilidade mútua. Da mesma forma, a natureza não pode ser vista apenas como fonte de recursos para nosso bem-estar, e que apenas por essa razão deve ser preservada. A natureza é nossa casa e nós não podemos abandoná-la, depredá-la (CHACON, 2007).

Ainda para a autora os avanços no sentido de equacionar melhor o processo de desenvolvimento já podem ser percebidos, mas os resultados alcançados até agora podem ser questionados. “Muitas vezes os objetivos de políticas que visam promover o desenvolvimento para uma certa região ainda não incorporam devidamente todos esses aspectos, e menos ainda no que se refere ao respeito às pessoas, à sua cultura e à sua história.” (CHACON, 2007, p. 128)

Um dos motivos de nosso distanciamento do “humano” pode ser o modelo de desenvolvimento globalizado que não entende o homem como “apenas mais um elemento”, assim como também é a natureza, que deve ser preservado, úteis que são para a definição e reprodução de um modelo de exploração que se sustenta há séculos, desde que o homem passou a se julgar acima da natureza, desde que achou que a dominava e ela estava a seu dispor. Nessa lógica, ele incluiu também a dominância de seus semelhantes, achando-se também acima deles e, assim, perdendo aos poucos a noção do que é ser humano. (CHACON, 2007).

Exemplificando as políticas para/no sertão nordestino Chacon (2007) ressalta que grande parte das pessoas e o próprio ambiente natural foram excluídos pelo sistema econômico e social vigente e pela sua própria história. Porém, sofrem as consequências negativas da intervenção de políticas públicas inadequadas à realidade local, que a autora acredita estarem equivocadas, por tender a repetir, sem reflexão, modelos de desenvolvimento aplicados a outras regiões.

Além disso, os programas governamentais são grandemente tragados pela corrupção e mesmo pela incompetência de governos ainda fixados em práticas assistencialistas e patrimonialistas, pelas quais os recursos públicos “não tinham dono” (CHACON, 2007, p. 76).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão dos conceitos trabalhados foi possível perceber a necessidade de ressaltar a importância da escuta das pessoas e das características do local como prioridade ao planejar, implementar e avaliar políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Assim, a política pública seria feita “para”, “por” e “com”

as pessoas, pois, para Chacon (2007), o que “ocorre é o desperdício de recursos empregados em políticas que se baseiam em modelos genéricos, concebidos exteriormente à região, sem levar em conta suas especificidades.” Especificidades estas ligadas as particularidades das pessoas e a maneira que representam e se organizam no território.

Na maioria das vezes estas pessoas sequer são ouvidas ou convidadas a participar dos processos decisórios para a elaboração de um projeto, política pública ou programa governamental, geralmente pensado por técnicos, professores, às vezes até de outros estados ou países, distantes da vivência, da classe socioeconômica e da sensibilidade dos “beneficiários”, “usuários” ou “público-alvo”, ficando mais nítida a escolha de descrições carregadas de passividade para os participantes, tantas vezes subjugados a receptores da ideia e não como co-constructores ou idealizadores dela.

6 REFERÊNCIAS

A Carta da Terra. (2002). Organização das Nações Unidas. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/carta_terra.pdf. Acesso em 30 de setembro de 2013.

BARBOSA, Gisele Silva. (2008) O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**. 4ª Edição, Nº 4, Volume 1 - Jan/Jun 2008. Disponível em: http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/12883_o-desafio-do-desenvolvimento-sustentavel-gisele.pdf. Acesso em 23 de setembro de 2013.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de; PIMENTEL, Ellen Horato do Carmo. (2012) Políticas Públicas e a Construção do Comum: interrogando práticas PSI. *Polis e Psique*. v. 2, n.2, 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/download/35746/25571>. Acesso em 03 de agosto de 2013.

BARTHOLLO Jr, Roberto S.; BURSZTYN, Marcel. (2001). Prudência e Utopismo: Ciência e educação para a sustentabilidade. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez.

BURSZTYN, Marcel. Apresentação. (2001) In: BURSZTYN, Marcel. (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século**. São Paulo: Cortez.

_____. (1999) Interdisciplinaridade: é hora de institucionalizar! Campinas: **Revista Ambiente e Sociedade**, v. II, n. 5, p. 229-232. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a19.pdf>. Acesso em 05 de outubro de 2013.

CHACON, Suely Salgueiro. (2007). **O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: BNB. Série Teses e Dissertações. Vol. 8. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/livroPDF.aspx?cd_livro=20.

GRANGEIRO, Mano. (Francisco Grangeiro Tavares Neves) (2013). **Ação cultural para o desenvolvimento sustentável: trajetórias e percursos na região do Cariri**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da Universidade Federal do Ceará, Campus do Cariri.

HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. (2007). Criando Valor Sustentável. **RAE Executivo**. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 65-79, mai/jul. 2004. INSTITUTO ETHOS. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007. São Paulo: Instituto Ethos, 40 p. http://www.is.cnpm.embrapa.br/bibliografia/2004_Criando_valor_sustentavel.pdf. Acesso em 30 de setembro de 2013.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. (2011). A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p. 138-172. Disponível em www.ims.uerj.br/pesquisa/ccaps. Acesso em 06 de julho de 2013.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. (2000). **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2001). **Relatório do Desenvolvimento Humano (2001):** Fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano. Disponível em: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDH2001/HDR_Global_2001.zip. Acesso em 14 de outubro de 2013.

SACHS, Ignacy. (2004). **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond.

SEN, Amartya. (2010). In: PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano (2010). **A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano**. Disponível em: http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDH2001/HDR_Global_2001.zip. Acesso em 14 de outubro de 2013.

VÁZQUEZ, Daniel e DELAPLACE, Domitille. (2011) Políticas públicas na perspectiva de direitos humanos: um campo em construção. In: SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos. São Paulo: Conectas, v. 8, n. 14, jun. 2011. Disponível: <http://www.surjournal.org/conteudos/pdf/14/02.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2013.

ZAOUAL, Hassan. (2006). **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ.